



PARTE D

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 524/2018

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 10 de abril de 2018, foram renovadas por 3 anos, as comissões de serviço, dos seguintes magistrados:

Lic. Fernando Martins Amaral, procurador da República a exercer funções de Inspetor do Ministério Público, com efeitos a partir de 1/04/2018;

Lic. **Maria de Fátima Graça Carvalho**, procuradora-geral-adjunta a exercer funções de Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 11/04/2018;

Lic. José Manuel Carvalho Neves Leitão, procurador-geral-adjunto a exercer as funções no Supremo Tribunal Administrativo, com efeitos a partir de 8/05/2018;

Lic. António Manuel Rocha Ferreira Marques, procurador-geral-adjunto a exercer as funções no Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 22/05/2018;

Lic. José Manuel Morais Santos Pais, procurador-geral-adjunto a exercer as funções no Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 22/05/2018;

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de abril de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

311271777



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Despacho n.º 4147/2018

Nos termos do artigo 92.º, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 93.º e do artigo 94.º, todos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e, n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e conforme o n.º 3 do artigo 153.º da LTFP, foi autorizado por meu despacho de 05 de agosto de 2016, a mobilidade, na modalidade de mobilidade inter-carreiras, para a carreira de Técnico de Informática para o desempenho de funções na categoria de Técnico de Informática Adjunto estagiário, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2016 do trabalhador Jorge Vicente Pinto Brás, auferindo a remuneração referente ao 1.º escalão, índice 187, correspondente a 641,93€.

8 de agosto de 2016. — A Presidente, *Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento*.

311273194

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Deliberação n.º 525/2018

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 95.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, do disposto no n.º 2 e no n.º 6 do artigo 34.º e do n.º 2 do art. 60.º dos Estatutos do ISCTE-IUL, homologados pelo Despacho normativo n.º 18/2009, alterados pelo Despacho normativo n.º 11/2011, de 14 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30/06/2011, bem como dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e, ainda, do disposto nos artigos 20.º, 36.º e 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o Conselho de Gestão, por ato de 27 de março de 2018, delibera delegar, sem prejuízo dos poderes de avocação, no Diretor da Escola de Gestão, Doutor José Paulo Afonso Esperança, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços, salvo aquisição de equipamento e contratação de trabalhadores docentes e não docentes, cujo valor global não ultrapasse o montante de € 5 000,00 (cinco mil euros).

2 — Nos termos do disposto no 3.º do artigo 164.º do CPA, consideram-se ratificados todos os atos que, cabendo no âmbito da presente Deliberação, tenham sido entretanto praticados até à publicação da presente Deliberação no *Diário da República*.

27 de março de 2018. — A Presidente do Conselho de Gestão, *Maria de Lurdes Rodrigues*.

311280921

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Aviso (extrato) n.º 5497/2018

Nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, homologados em 12 de maio de 2009 e publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2009, foi eleito Diretor da Escola Superior de Saúde em 12 de março de 2018, o Professor Adjunto, Doutor Luís Pedro Vieira Ribeiro, com efeitos a 9 de abril de 2018, por um mandato de três anos.

10 de abril de 2018. — O Administrador, *João Rodrigues*.

311278135

Contrato (extrato) n.º 263/2018

Por despacho de 14 de agosto de 2017 da Vice-reitora, Professora Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas, em substituição do Reitor da Universidade do Algarve foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Licenciado Miguel Ângelo Almeida Gomes, na categoria de Assistente Convocado, em regime de tempo parcial a 55 %, para a Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, no período de 01 de setembro de 2017 a 31 de julho de 2018, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

01-09-2017. — O Administrador, *João Rodrigues*.

311276361

Contrato (extrato) n.º 264/2018

Por despacho de 1 de setembro de 2017, do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Licenciada Magda Maria Vieira Fernandes Wikesjo, na categoria de Assistente Convocada, em regime de